

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS BANCÁRIOS.....	13
■ INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	13
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL; ÓRGÃOS NORMATIVOS E INSTITUIÇÕES SUPERVISORAS, EXECUTORAS E OPERADORAS	13
■ ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	13
■ O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	17
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A LEGISLAÇÃO	19
Conselho Monetário Nacional (CMN)	19
Banco Central Do Brasil (Bacen).....	19
Comitê De Política Monetária (Copom)	21
Comissão De Valores Mobiliários (CVM).....	22
■ CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.....	23
■ BANCO CENTRAL DO BRASIL.....	28
■ COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM.....	32
■ CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – CRSFN	34
■ CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP	36
■ SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP	37
■ CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CNPC	38
■ SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – PREVIC	38
■ BANCOS COMERCIAIS	39
■ CAIXAS ECONÔMICAS	39
■ COOPERATIVAS DE CRÉDITO	40
■ BANCOS COMERCIAIS COOPERATIVOS E BANCOS MÚLTIPLOS COOPERATIVOS.....	41
■ BANCOS DE INVESTIMENTO	42
BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	42
■ SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (FINANCEIRAS)	43
BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	43
■ SOCIEDADES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (SAM)	43

■ SOCIEDADES CORRETORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CTVM) E SOCIEDADES DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (DTVM).....	44
■ SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO (SCI)	45
■ ASSOCIAÇÕES DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO (APE).....	45
■ BANCOS MÚLTIPLOS.....	46
■ SOCIEDADES DE CAPITALIZAÇÃO.....	46
■ SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL (FACTORING).....	47
MODALIDADES DE FACTORING	48
SOCIEDADES ADMINISTRADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO	48
INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTO	49
■ ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR OU PRIVADA.....	51
■ ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR OU PRIVADA.....	51
■ PRODUTOS E SERVIÇOS BANCÁRIOS	53
■ COBRANÇA E PAGAMENTO DE TÍTULOS E CARNÊS	67
■ DESCONTOS DE TÍTULOS.....	68
■ FINANCIAMENTO DE CAPITAL DE GIRO	68
■ FINANCIAMENTO DE CAPITAL FIXO.....	69
■ FUNDOS MÚTUOS DE INVESTIMENTO.....	69
■ MERCADO FINANCEIRO E SEUS DESDOBRAMENTOS (MERCADOS MONETÁRIO, DE CRÉDITO, DE CAPITAIS E CAMBIAL)	72
■ GARANTIAS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	74
O PAPEL DAS GARANTIAS E A DIFERENCIAÇÃO ENTRE GARANTIAS PESSOAIS OU FIDEJUSSÓRIAS X GARANTIAS REAIS.....	74
AVAL, FIANÇA, PENHOR MERCANTIL, ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, HIPOTECA, FIANÇAS BANCÁRIAS.....	75
■ MERCADO DE CRÉDITO – OPERAÇÕES ATIVAS E GARANTIAS	78
■ MERCADO DE CAPITAIS.....	90
■ BOLSAS DE VALORES.....	92
■ BOLSAS DE MERCADORIAS E FUTUROS.....	101
■ CORPORATE FINANCE E O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS.....	101
■ OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS	102

MERCADO A TERMO.....	103
MERCADO DE OPÇÕES.....	103
MERCADO FUTURO	103
OPERAÇÕES DE SWAP	103
■ MERCADO DE CÂMBIO	104
NOÇÕES DE MERCADO DE CÂMBIO: INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A OPERAR E OPERAÇÕES BÁSICAS; REGIMES DE TAXAS DE CÂMBIO FIXAS, FLUTUANTES E REGIMES INTERMEDIÁRIOS; TAXAS DE CÂMBIO NOMINAIS E REAIS; IMPACTOS DAS TAXAS DE CÂMBIO SOBRE AS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES; DIFERENCIAL DE JUROS INTERNO E EXTERNO; PRÊMIOS DE RISCO; FLUXO DE CAPITAIS E SEUS IMPACTOS SOBRE AS TAXAS DE CÂMBIO	104
■ ORÇAMENTO PÚBLICO	108
■ POLÍTICAS ECONÔMICAS.....	109
INFLAÇÃO OU PROCESSO INFLACIONÁRIO	109
POLÍTICAS/SITUAÇÕES RESTRITIVAS OU POLÍTICAS/SITUAÇÕES EXPANSIONISTAS	111
DIVISÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS.....	111
Política Fiscal.....	111
Política Cambial	112
Política Creditícia	112
Política de Rendas	112
Política Monetária.....	113
■ POLÍTICA MONETÁRIA.....	114
OBJETIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA.....	114
POLÍTICA MONETÁRIA EXPANSIVA	115
POLÍTICA MONETÁRIA RESTRITIVA.....	115
QUANTITATIVE EASING	115
TAXA SELIC E OPERAÇÕES COMPROMISSADAS.....	115
RELAÇÃO DA TAXA SELIC COM AS OPERAÇÕES COMPROMISSADAS.....	115
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS.....	115
REDESCONTO	115
OPERACIONALIZAÇÃO DO REDESCONTO.....	115
■ O DEBATE SOBRE OS DEPÓSITOS REMUNERADOS DOS BANCOS COMERCIAIS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL.....	116
■ SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO – SPB.....	116

SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RESERVAS (STR).....	120
■ SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E DE CUSTÓDIA – SELIC.....	121
■ AUTORREGULAÇÃO BANCÁRIA.....	122
■ BANCO NA ERA DIGITAL – ATUALIDADES DO MERCADO FINANCEIRO.....	123
HOME/OFFICE BANKING, REMOTE BANKING, BANCO VIRTUAL	123
Segmentação e Interações Digitais	124
O DINHEIRO NA ERA DIGITAL: BLOCKCHAIN, BITCOIN E DEMAIS CRIPTOMOEDAS	126
PIX – PAGAMENTOS INSTANTÂNEOS.....	128
■ NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS.....	129
■ BIG TECHS	130
■ MOTIVAÇÃO PARA VENDAS	131
ELEMENTOS DE VENDAS	131
MODELO AIDA (ELMO LEWIS)	131
VALOR PERCEBIDO PELO CLIENTE (TEORIA DE PHILIP KOTLER).....	131
■ PRODUTO, PREÇO, PRAÇA E PROMOÇÃO.....	131
■ VANTAGEM COMPETITIVA.....	136
■ COMO LIDAR COM A CONCORRÊNCIA.....	137
■ MANEJO DE CARTEIRA DE PESSOA FÍSICA E DE PESSOA JURÍDICA	138
GERENCIAMENTO DA CARTEIRA DE CLIENTES	138
 ATUALIDADES DO MERCADO FINANCEIRO.....	 145
■ INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COGNITIVA	145
■ BANCO DIGITALIZADO X BANCO DIGITAL	146
■ SOLUÇÕES MOBILE E SERVICE DESIGN.....	147
 ATENDIMENTO E VENDAS.....	 149
■ NOÇÕES DE ESTRATÉGIA EMPRESARIAL: ANÁLISE DE MERCADO, FORÇAS COMPETITIVAS, IMAGEM INSTITUCIONAL, IDENTIDADE E POSICIONAMENTO	149
■ NOÇÕES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	154
■ GESTÃO POR PROCESSOS.....	155

■ GESTÃO DE RISCOS	164
■ PROCESSOS DE ANÁLISE E TOMADA DE DECISÃO	169
■ SEGMENTAÇÃO DE MERCADO	171
■ AÇÕES PARA AUMENTAR O VALOR PERCEBIDO PELO CLIENTE	172
■ GESTÃO DA EXPERIÊNCIA DO CLIENTE	173
■ CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS.....	175
INTANGIBILIDADE, INSEPARABILIDADE, VARIABILIDADE E PERECIBILIDADE.....	175
■ TÉCNICAS DE VENDAS: DA PRÉ-ABORDAGEM AO PÓS-VENDAS	175
■ NOÇÕES DE MARKETING DIGITAL: GERAÇÃO DE LEADS; TÉCNICA DE COPYWRITING; GATILHOS MENTAIS; INBOUND MARKETING	177
■ PADRÕES DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS CLIENTES.....	179
■ UTILIZAÇÃO DE CANAIS REMOTOS PARA VENDAS	179
■ COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E SUA RELAÇÃO COM VENDAS E NEGOCIAÇÃO	180
 ÉTICA E LEGISLAÇÃO.....	 185
■ ÉTICA APLICADA: ÉTICA, MORAL, VALORES E VIRTUDES; NOÇÕES DE ÉTICA EMPRESARIAL E PROFISSIONAL.....	185
■ A GESTÃO DE ÉTICA NAS EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS	187
■ POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE: RESOLUÇÃO N° 4.539 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016	189
■ RESOLUÇÃO CMN N° 4.860, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020 QUE DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE OUVIDORIA PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.....	191
■ LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA): LEI N° 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015	194
■ CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR: LEI N° 8.078, DE 1990 (VERSÃO ATUALIZADA)	208
■ RESOLUÇÃO CMN N° 4.949, DE 2016	214
■ CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO	216
■ CIRCULAR BACEN N° 3.978, DE 2020.....	219
■ CARTA-CIRCULAR BACEN N° 4.001, DE 2020	224

■ COAF – CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS	226
■ AUTORREGULAÇÃO BANCÁRIA.....	228
CONTABILIDADE GERAL	233
■ CONCEITOS, OBJETIVOS E FINALIDADES DA CONTABILIDADE	233
■ PATRIMÔNIO	233
COMPONENTES	233
EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO	234
REPRESENTAÇÃO	234
SITUAÇÃO LÍQUIDA.....	234
■ CONTAS: CONCEITOS, CONTAS DE DÉBITOS, CONTAS DE CRÉDITOS E SALDOS	235
■ PLANO DE CONTAS: CONCEITOS, ELENCO DE CONTAS, FUNÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CONTAS	238
■ ESCRITURAÇÃO: CONCEITOS, LANÇAMENTOS CONTÁBEIS, ELEMENTOS ESSENCIAIS, FÓRMULAS DE LANÇAMENTOS, LIVROS DE ESCRITURAÇÃO, MÉTODOS E PROCESSOS, REGIME DE COMPETÊNCIA E REGIME DE CAIXA	239
■ CONTABILIZAÇÃO DE OPERAÇÕES CONTÁBEIS DIVERSAS	246
JUROS, DESCONTOS, TRIBUTOS, ALUGUÉIS	246
VARIAÇÃO MONETÁRIA/ CAMBIAL, FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS, VENDAS E PROVISÕES, DEPRECIACÕES E BAIXA DE BENS	268
■ BALANCETE DE VERIFICAÇÃO: CONCEITOS, MODELOS E TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO	272
BALANÇO PATRIMONIAL: CONCEITOS, OBJETIVO, COMPOSIÇÃO	273
■ DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO: CONCEITO, OBJETIVO, COMPOSIÇÃO.....	276
MATEMÁTICA FINANCEIRA	281
■ NOÇÕES DE MATEMÁTICA FINANCEIRA	281
JUROS SIMPLES E COMPOSTOS	286
■ CAPITALIZAÇÃO E DESCONTOS	289
TAXAS DE JUROS: NOMINAL, EFETIVA, EQUIVALENTE, PROPORCIONAL, REAL E APARENTE	289
■ RENDAS UNIFORMES E VARIÁVEIS	295
■ PLANOS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	297

**CÁLCULO FINANCEIRO – CUSTO REAL EFETIVO DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO,
EMPRÉSTIMO E INVESTIMENTO298**

■ INFLAÇÃO, VARIAÇÃO CAMBIAL E TAXA DE JUROS..... 300

CONHECIMENTOS BANCÁRIOS

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL; ÓRGÃOS NORMATIVOS E INSTITUIÇÕES SUPERVISORAS, EXECUTORAS E OPERADORAS

A seguir, veremos quem são as instituições financeiras. Acompanhe.

Lei 4.595, de 1964

Art. 17 Consideram-se **instituições financeiras**, para os efeitos da legislação em vigor, as **pessoas jurídicas públicas ou privadas**, que tenham como atividade principal ou acessória a **coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros**, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, **equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.**

Art. 18 As **instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central da República do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.**

Basicamente, uma instituição financeira tem como objetivo a intermediação dos recursos de clientes que tem dinheiro sobrando (agentes superavitários), para os clientes que precisam de dinheiro (agentes deficitários). Ou seja, pega-se de quem tem sobrando e empresta-se à quem está precisando.

Entretanto, quando a instituição busca captar dinheiro, ela oferece aos clientes uma recompensa para que eles aceitem assumir os riscos de emprestar dinheiro, essa recompensa nós chamamos de remuneração por aplicação, e esta operação, para a instituição, é uma operação **passiva**.

Já quando o cliente necessita de dinheiro, a instituição financeira busca emprestar o dinheiro captado, mas cobra do cliente uma taxa de juros, que nada mais é do que o preço do dinheiro emprestado, mais o seu lucro. Esta operação, para a instituição financeira, é chamada **ativa**.

Estas atividades realizadas pelas Instituições Financeiras levam ao desenvolvimento dos produtos financeiros ou bancários, que estudaremos mais à frente.

ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A estrutura base do Sistema Financeiro Nacional (SFN) está prevista na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro

de 1964. Foi essa norma que, ao apagar das luzes de 1964, criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil — doravante, BC, BCB ou Bacen.

Veja que a atual estrutura de nosso sistema financeiro é relativamente jovem, estando em vigor há, apenas, 56 anos. A moeda comemorativa dos 50 anos do BC (de R\$ 1,00), ainda em circulação, foi lançada em 2015.

Apesar do curto período, muita coisa mudou de lá para cá: a tecnologia, a estabilização da moeda, o surgimento de novos produtos, a alteração no relacionamento entre as instituições financeiras e o consumidor bancário, entre outras. Diversos fatores alteraram profundamente a forma de atuar do sistema financeiro e isso gerou impactos diversos na normatização de suas operações e na forma de atuar de suas instituições.

Essas alterações ainda ocorrem de forma paulatina e espaçada, dificultando o estudo por meio da letra seca da lei, que, muitas vezes, não está devidamente atualizada em relação a alterações feitas em outras legislações.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é o conjunto de entidades e instituições que têm por função principal promover a intermediação financeira, utilizando-se de diferentes instrumentos financeiros para possibilitar a transferência de recursos entre agentes econômicos superavitários (os credores, investidores, poupadores) e deficitários (os tomadores de recursos). Portanto, esse sistema promove o encontro entre credores e tomadores de recursos.

Por meio dele é que as pessoas, as empresas e o governo (os agentes econômicos) circulam a maior parte dos seus ativos, pagam suas dívidas e realizam seus investimentos. Para compreender melhor, é importante que você tenha clareza sobre a diferença entre as operações ativas e as operações passivas de uma instituição financeira (IF).

Operações ativas são aquelas em que as **instituições financeiras emprestam recursos aos agentes econômicos deficitários**, os tomadores de recursos. São chamadas de operações ativas, pois representam ativos da instituição, um crédito a receber.

Isso faz sentido, porque se o banco me empresta dinheiro, eu, que sou o tomador de recursos, passo a ter uma dívida, um passivo, uma obrigação com o banco. Torno-me, portanto, um devedor. Já o banco passa a ter um direito, um crédito a receber, um ativo para ele que é o credor.

OPERAÇÕES ATIVAS (Aplicação de Recursos)



TOMADOR DE RECURSOS
Agente Econômico Deficitário

Nas **operações passivas**, ocorre o contrário: as **instituições financeiras captam recursos dos agentes econômicos superavitários**, os doadores de recursos. São chamadas de operações passivas, pois representam passivos da instituição, uma obrigação.

Nesse caso, como apliquei meu dinheiro no banco, eu sou o doador dos recursos e passo a ter um crédito, um ativo, um direito perante ao banco. Eu sou o credor.



Ao juntarmos as duas operações em uma só figura, teremos, então, a visão do papel institucional das instituições financeiras, que atuam na promoção da intermediação financeira.



Essa explicação é importante para identificar quando um produto ou serviço de uma instituição financeira representa uma operação ativa ou uma operação passiva.

Cumpra salientar que a intermediação financeira é a função principal do SFN, mas não é a única. Os bancos e demais operadores do sistema exercem inúmeras outras funções, por conta de todo o avanço e das facilidades emergidas nos últimos tempos.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 traz o art. 192, em que define que o Sistema Financeiro Nacional será estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem. Vejamos:

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192 O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disponham, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

e a servir aos interesses da coletividade — que está diretamente ligada a uma adequada intermediação financeira e, certamente, propicia desenvolvimento, geração de emprego e de renda.

Como Ocorre, na Prática, a Intermediação Financeira?

Vamos simplificar: quando você exagera nas compras de Natal e falta grana para pagar as contas em janeiro, ou quando resolve que, mesmo sem grana, não vai ficar em casa no carnaval, uma alternativa é ir ao banco e solicitar um empréstimo.

Todos nós, pessoas físicas, empresas, governos, somos agentes econômicos. No exemplo narrado, você era um agente econômico deficitário, ou tomador de recursos, que recorreu ao SFN, para obter recursos que outro agente econômico entregou aos cuidados de alguma instituição financeira em troca de uma remuneração oriunda da aplicação de uma taxa de juros sobre o capital entregue. Esse era o agente econômico superavitário ou doador de recursos.

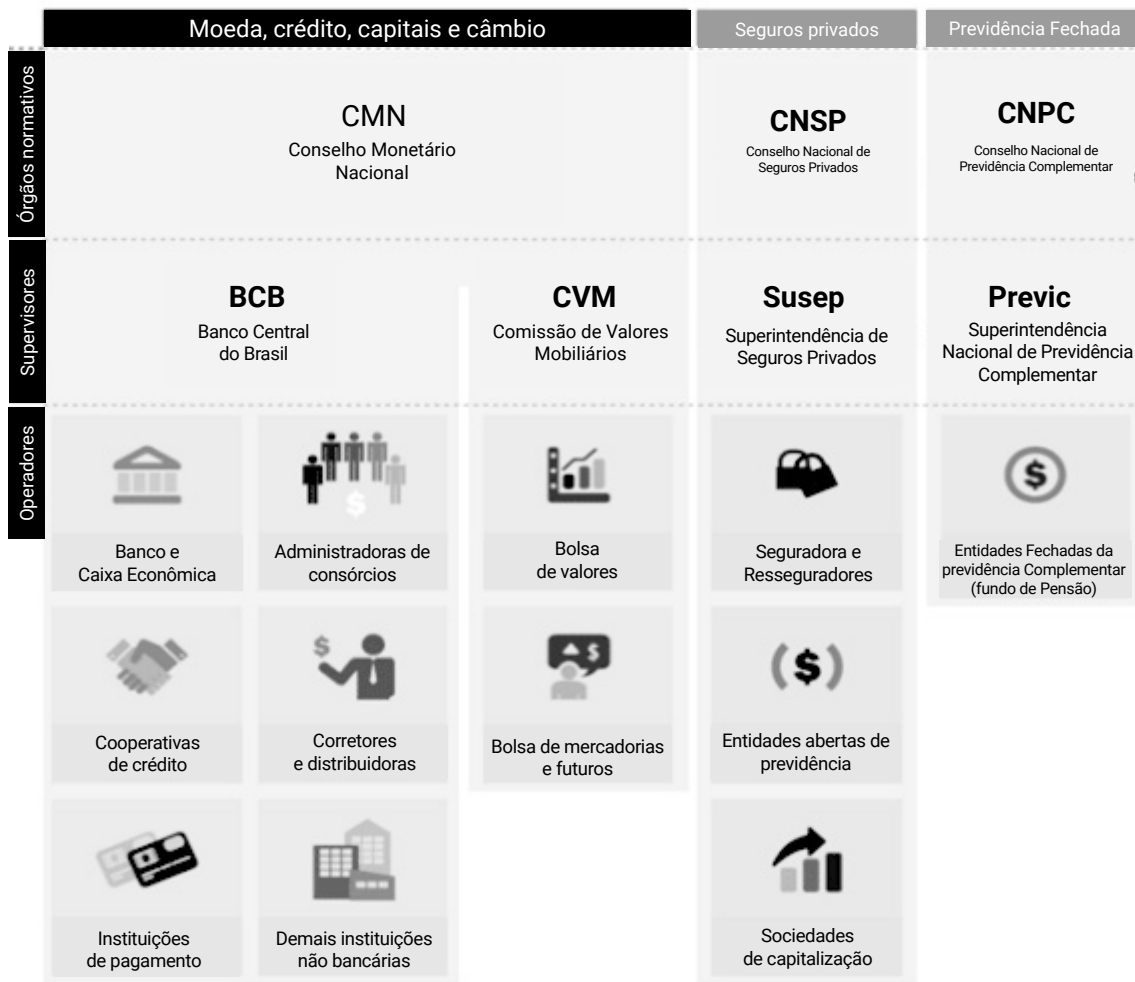
É importante compreender que, em regra, o banco não empresta o dinheiro dele, mas empresta o dinheiro dos outros. Ou seja, o que o sistema financeiro faz é possibilitar que aqueles que precisam de recursos consigam acesso aos recursos daqueles que os tem em excesso.

Isso é a intermediação financeira. Porém, essa intermediação não pode ser feita assim, de qualquer jeito, por qualquer um. Afinal, estamos lidando com dinheiro e sabemos como isso complica as coisas. Então, há a necessidade de que exista uma estrutura bem definida, normatizada e regulada para tocar essa engrenagem, para fazer essa roda girar.

Essa estrutura é a própria estrutura do Sistema Financeiro Nacional, a qual você conhecerá a seguir.

Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

Nós podemos dividir o Sistema Financeiro Nacional em três níveis de atuação. A melhor maneira de visualizar isso é utilizando a forma pela qual o Banco Central demonstra a organização do SFN:



É imprescindível que você observe a figura **horizontalmente**. Perceba que, à esquerda, rótulos identificam três níveis de atuação: órgãos normativos, supervisores e operadores.

No primeiro nível, temos os órgãos normativos. São eles que definem o regramento geral a ser seguido pelo mercado. Porém, entenda que eles não são órgãos executores, não possuem uma estrutura física nem são servidores de quadro próprio. Eles apenas ditam as regras.

Veremos que, na realidade, todos esses órgãos normativos são Conselhos, colegiados compostos por diferentes autoridades ligadas ao mercado que se pretende normatizar e regular e que se reúnem periodicamente. Eles determinam regras gerais para o bom funcionamento do sistema.

No segundo nível, temos as entidades supervisoras. São autarquias federais que cumprem e fazem cumprir aquele regramento estabelecido pelos órgãos normativos.

Aqui, sim, existe toda uma estrutura física e um quadro de servidores trabalhando em prol de um sistema financeiro sólido e eficiente, em benefício da sociedade. As entidades supervisoras trabalham para que os integrantes do sistema financeiro sigam as regras definidas pelos órgãos normativos.

Por fim, temos os **operadores**. São as instituições financeiras, públicas e privadas, que atuam nos diversos ramos do SFN, promovendo a intermediação financeira e oferecendo produtos e serviços aos seus consumidores. É com os operadores que temos contato no nosso dia a dia.

Eles constituem a parte mais visível do sistema financeiro. Os operadores são as instituições que ofertam serviços financeiros, no papel de intermediários.

Vamos fazer um paralelo, para tentar simplificar o entendimento. Pense em uma empresa qualquer, uma loja de roupas por exemplo. Vamos imaginar que a loja tenha a seguinte estrutura organizacional:

